

## IMPACTOS SOCIAIS A PARTIR DO ESPORTE EDUCACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA APABB.

<sup>1</sup>Amanda Pacheco Beck

<sup>2</sup>Rosangela Martins de Araujo Rodrigues

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar o impacto social das relações estabelecidas entre alunos e professores e entre os próprios alunos do Projeto Movimento de Esporte Educacional, desenvolvido na Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade de Santa Catarina, no ano de 2012. O projeto é composto por aulas de natação utilizando o esporte educacional como instrumento para o desenvolvimento integral do indivíduo. Após seis meses de observação e registro no formulário adaptado de sistemas de categorias comportamentais sociais, observamos avanços significativos no relacionamento entre alunos, evidenciando, desta forma, os benefícios que o esporte proporciona na inclusão social e desenvolvimento integral de pessoas com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoa com deficiência, inclusão, esporte, educação

---

<sup>1</sup> Profissional de Educação Física, Pós-Graduada em Avaliação e Precisão de Atividades Física para Grupos Especiais Técnica de Esporte e Lazer – Associação de Pais, Amigos de Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – Núcleo Santa Catarina. esporte\_sc@apabb.org.br

<sup>2</sup> Profissional de Educação Física, Pós-graduada em Administração de Centros de Lazer e Animação Sociocultural, Coordenadora de Esporte e Lazer da Associação de Pais, Amigos de Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – Sede São Paulo. esportelazer@apabb.org.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos vêm apontando a infância como um momento fundamental no processo de construção, desenvolvimento e transformação, não apenas do indivíduo, mas da sociedade e da cultura de maneira geral. Alguns estudos apontam a criança como um ser complexo que consegue identificar em seus parceiros habilidades e competências (CARVALHO & PEDROSA, 2002; GÓES, 1995). Entre as inúmeras habilidades, autores destacam a habilidade social como um componente extremamente importante para o desenvolvimento socioemocional e o sucesso escolar de todas as crianças (PINOLA, DEL PRETTE, DEL PRETTE, 2007)

Quando falamos de pessoas com deficiência, as questões relacionadas à integração social ainda são mais importantes. As pessoas com deficiência são muitas vezes isoladas do contato com parceiros, ficando restrita apenas ao convívio de parentes e profissionais. Mesmo com o grande destaque que a inclusão está recebendo, alguns trabalhos ainda destacam que muitas crianças com deficiência são consideradas incapazes de participar das atividades em grupo, em função de limitações físicas ou intelectuais (SOUZA & BATISTA, 2008).

Estudo realizado por Batista e Enumo (2004), mostrou que alunos portadores de necessidades educativas especiais são mais rejeitados que os companheiros de turmas do ensino regular, resultado que mostrou concordância com trabalhos internacionais que ainda destacaram que a rejeição está ligada à percepção que os alunos têm dos comportamentos emitidos pelas crianças com necessidades especiais, considerados como inadequados pela turma.

Historicamente, as pessoas com algum tipo de deficiência eram afastadas do convívio social, e as ações direcionadas a esse grupo eram basicamente assistencialistas. Atualmente esta atitude está se tornando cada vez menos frequente, em parte principalmente pelas atitudes e comportamentos que as pessoas com deficiência estão tomando (BERNARDES *et al.* 2009).

A política nacional para a pessoa com deficiência teve seu início com a Constituição de 1988, sendo que as decisões foram remetidas à regulamentação posterior. Porém, mesmo que o marco legal tenha formalizado direitos básicos e essenciais, mantiveram-se idéias com caráter assistencialista, as quais já estavam enraizadas na sociedade e que constituem barreiras no processo de inclusão social e participação no desenvolvimento do país (BRASIL, 2006).

Leis e Decretos foram criados buscando priorizar a cidadania das pessoas com deficiência, possibilitando-lhes: o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS); a regulamentação da Assistência Social, oferecendo atendimento de habilitação e reabilitação; o estabelecimento de normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade, de caráter arquitetônico, urbanístico, acesso aos meios de transporte, informação, comunicação ou de tecnologia assistida (BERNARDES *et al.*, 2009).

Em 2002, aprovou-se a Política Nacional de Saúde para a Pessoa com Deficiência, pelo Conselho Nacional de Saúde, publicado pelo Ministério da Saúde, na Portaria nº 10.060/2002. A proposição central dessa política é de reabilitar a pessoa com deficiência em sua capacidade funcional e no desempenho humano, de modo a contribuir para a sua inclusão plena em toda sua vida social (BRASIL, 2006).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e dando outras providências, define deficiência como: “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999, p. 1). Tal definição tem uma visão mais biológica, descontextualizando as questões econômicas e sociais. No mesmo documento o governo define a deficiência intelectual como o “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho” (BRASIL, 1999, p. 2).

A deficiência intelectual abrange diferentes níveis de comprometimento no desenvolvimento de habilidades sociais, de comunicação e sensório-motoras. Desde crianças que conseguem desenvolver tais habilidades com facilidade, até crianças com rebaixamento intelectual significativo e grande comprometimento. Além da diversidade no desenvolvimento de habilidades, também podemos encontrar grande variedade na apresentação e nas condições de desenvolvimento e de aprendizagem de cada criança (BRASIL, 1998).

Estudos evidenciam que crianças com deficiência intelectual moderada são alvos de isolamento social, pois quando comparadas com crianças com desenvolvimento típico da mesma faixa etária, apresentaram um número restrito de amizades, dificuldades de estabelecer um bom desenvolvimento nas atividades em grupo, menor frequência de participação e

aceitação dos grupos, além de menor integração social em programas de pré-escola inclusiva (Guralnick apud SOUZA & BATISTA, 2008).

Del Prette (2005) destaca a importância da socialização no amadurecimento das habilidades sociais, pois na socialização é possível absorver informações sobre o ambiente e as pessoas ao seu redor. O sucesso nas habilidades sociais vai depender dos estímulos oferecidos e dos exemplos de competência social do seu ciclo de convivência. Saint-Laurent (1997) também destaca que a criança precisa de interações sociais com profissionais, colegas e companheiros para que consiga desenvolver suas funções sociais superiores.

Considerando que no Brasil existe aproximadamente 2,9 milhões de pessoas com déficit intelectual (IBGE, 2000), há escassez de trabalhos investigando a interação de pessoas com deficiência (SOUZA & BATISTA, 2008) e a vulnerabilidade desta população. Este artigo se propõe apresentar o impacto social das relações estabelecidas entre alunos e professores e entre os próprios alunos do Projeto Movimento de Esporte Educacional, desenvolvido na Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade de Santa Catarina - Apabb/SC, no ano de 2012.

## 2 MATERIAL E MÉTODO

### 2.1 Caracterização de público e local

Participaram da pesquisa trinta alunos com deficiência intelectual, todos inscritos no Projeto Movimento da Apabb/SC. Para ingressar nas atividades da Apabb é realizado um atendimento com o serviço social para preenchimento do prontuário com anamnese e vida social, afetiva, histórico médico, diagnóstico, laudo médico e documentos pessoais. Os alunos ingressam na atividade realizando uma ou mais aulas experimentais, de acordo com a necessidade ou desejo. No ano de 2012, os alunos participavam de aulas de natação e atividade aquática na piscina semi-olímpica do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte da Universidade do Estado de Santa Catarina - Cefid/UDESC.

### 2.2 Programa e metodologia

As aulas do Projeto Movimento baseiam-se na metodologia do esporte educacional, utilizando o esporte como instrumento de educação integral e o esporte adaptado como forma de abordagem e inclusão de todos..

O Esporte Educacional é desenvolvido nos sistemas de educação formal e não-formal de maneira desinstitucionalizada, ou seja, não segue padrões das federações internacionais das

*Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013*

modalidades esportivas, sendo possível a adaptação de regras, estrutura, espaços, materiais e gestos motores de acordo com as condições sociais e pessoais. Esta metodologia não é seletivo e hipercompetitivo, não tem fim nele mesmo e desenvolve habilidades e competências para além do aprendizado das técnicas e gestos motores, visando o desenvolvimento integral do indivíduo e mobilizando aprendizagens de conteúdos relacionados à saúde, cidadania, cultura, comunidade e protagonismo juvenil, contribuindo para a inserção social. Neste contexto, são considerados indivíduos que compartilham decisões que afetam a sua vida e da comunidade (ROSSETTO JR, COSTA, D'ANGELO, 2008).

Visando contemplar todos os aspectos do esporte educacional e um processo de aprendizagem mais completo, o planejamento é baseado na classificação de conteúdos proposta por Coll (2000), abordando-os nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal. Os conteúdos da área conceitual envolvem fatos, conceitos e princípios; na área procedimental os aspectos técnicos da modalidade são explorados, e o campo conceitual abrange valores, atitudes e normas (COLL, 2000).

O planejamento das atividades é estruturado a partir da proposta de Rossetto Jr, Costa, D'Angelo (2008) através da unidade didática que aprofunda e detalha os conteúdos, transformando-os em expectativas de aprendizagem organizadas ao longo do período de execução. Para Zabala (1998), a unidade didática se caracteriza por conter uma série de atividades organizadas e articuladas do início ao fim do período, permitindo que os objetivos previstos sejam atingidos.

A unidade didática contém três fases: diagnóstico, desenvolvimento e avaliação. No período de diagnóstico identificam-se os conhecimentos prévios, se os conteúdos são significativos e funcionais e se estão adequados ao nível de desenvolvimento da turma. Na fase de desenvolvimento, busca-se desenvolver as capacidades específicas da modalidade através de desafios que permitam a evolução, provoquem conflito cognitivo e uma atitude favorável ao processo de aprendizagem. O momento da avaliação permite identificar como o aluno responde às situações planejadas, especialmente para relacionar os conhecimentos prévios com o conteúdo adquirido ao longo do processo (ZABALA, 1998). De acordo com os objetivos da unidade didática, também podem ser utilizados outros instrumentais de avaliação específicos para o conteúdo explorado.

### 2.3 Instrumentos de coleta dos dados

Foi realizado registro no formulário adaptado de sistemas de categorias comportamentais sociais. A tabela apresenta o sistema de categorias avaliando o relacionamento do aluno com os professores e do aluno com os colegas, classificando os atributos sociais em demandas positivas (desejadas) e negativas (não-desejadas), baseando-se na Teoria do Modelo Bioecológico proposto por Urie Broffebrenner (BATISTA, 1999).

O Modelo Bioecológico foi criado com o objetivo de investigar o desenvolvimento do indivíduo considerando a relação recíproca do homem com o ambiente, considerando a pessoa em mudança relacionada com um contexto em mudança onde ambos se afetam (BHERING & SARKIS, 2009).

#### 2.4 Procedimentos de coleta dos dados

As informações sobre sexo, idade e diagnóstico foram coletadas do prontuário de cada aluno. O registro no formulário foi realizado pela equipe de profissionais e estagiários envolvidos na atividade após conversa e consenso sobre o comportamento e atributos sociais de cada aluno. Os dados foram coletados nos meses de Julho e Dezembro de 2012, visando comparar a frequência de resultados após seis meses de atividade.

As atribuições sociais foram observadas de acordo com as seguintes considerações:

Atender - aluno atende às solicitações dos adultos.

Colaborar - aluno propõe-se a ajudar na atividade (ex: distribuindo e recolhendo materiais); ajudar sem ser solicitado pelo adulto.

Ajudar colegas – aluno ajuda o colega na execução da atividade; dá dicas na solução de tarefas; entrega materiais aos colegas; empurra a cadeira de rodas; alcança muletas e bengalas; cuida para que o colega não se machuque durante a atividade.

Conversar – aluno conta algo para adultos e colegas, chama para mostrar algo ou fazer solicitações.

Solicitar – aluno pede ajuda quando precisa.

Compartilhar materiais – aluno concorda na utilização conjunta de materiais.

Agredir física ou verbalmente – aluno lança ou chuta objetos com força excessiva na direção dos participantes. Empurra, dá tapas, socos, pontapés, belisca, morde, puxa os cabelos. Usa materiais da atividade para agredir (ex: bate com a raquete, com bastões, cordas etc). Diz palavras “duras” para o outro.

Não participar - aluno recusa proposta, demora a atender às solicitações, realiza outra atividade diferente da proposta.

Isolar-se – aluno não apresenta iniciativa de contato com os participantes (ex: se afasta do grupo). Não engajamento na atividade (BATISTA, 1999).

O preenchimento na tabela foi realizado de acordo com a frequência dos acontecimentos: nunca, quase nunca, as vezes, quase sempre, sempre. As respostas foram agrupadas em “desejável”, “às vezes” ou “não desejável”, considerando o tipo de atributo e o comportamento esperado.

Os dados foram digitados e a análise e interpretação foram operacionalizadas através da estatística descritiva, destacando a frequência dos acontecimento.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados demonstram que a maioria dos indivíduos é do sexo masculino (70%) e a idade média é de  $31,67 \pm 11,04$  (anos).

Analisando a Tabela 1, identifica-se a que a deficiência intelectual moderada prevalece, seguida da paralisia cerebral, deficiência intelectual leve e autismo.

Tabela 1 – Frequência e percentual do diagnóstico.

Diagnóstico	n	%
Síndrome de Down	2	6,7%
Deficiência Intelectual Leve	4	13,3%
Deficiência Intelectual Moderada	12	40%
Deficiência Intelectual Severa	0	0%
Autismo	3	10%
Paralisia cerebral	5	16,7%
Outras	4	13,3%
Total	30	100 %

A Tabela 2 apresenta o percentual de cada atributo pessoal na relação do aluno com o professor, comparando os resultados de Julho e Dezembro de 2012.

Tabela 2 – Percentual dos atributos sociais na relação do aluno com o professor.

RELAÇÃO COM PROFESSORES	% Desejável		% As vezes		% Não-desejável	
	Jul	Dez	Jul	Dez	Jul	Dez
Conversa com adulto	78,6	73,3	10,7	20	10,7	6,7
Atende (obedece as solicitações)	71,4	80	17,9	16,7	10,7	3,3
Solicita auxílio quando precisa	25	40	35,7	13,3	39,3	46,7
Colabora (ajuda na organização)	46,4	46,7	32,1	30	21,5	23,3
Não participa (recusa proposta)	50	66,7	46,4	23,3	3,6	10

Analisando a Tabela 2, verifica-se que mais de 70% dos alunos conversam bem com os professores, mantendo este nível durante o semestre. No final do ano foi possível observar uma melhora na questão dos alunos atenderem as solicitações, melhorando cerca de 10% no decorrer das atividades. Com o registro sobre a solicitação de auxílio observamos que o maior percentual se manteve com resposta não desejável (não solicitar auxílio quando precisa), mas no final do período melhorou a frequência de alunos com resposta positiva. Observa-se também que menos da metade do grupo colabora na organização, mas a maior frequência é de resultado desejável. A maior parte dos alunos apresenta resposta positiva na questão de recusar a proposta, ou seja, eles participam das atividades sempre ou quase sempre, sendo que este percentual apresentou melhora no final do período de intervenção.

Ao analisar o desenvolvimento das atividades, é possível identificar uma relação afetiva entre os professores e alunos, além de melhora na confiança ao longo do ano. Mesmo com manutenção de parte da equipe de profissionais, as mudanças sempre levam um período



para aceitação e compreensão por parte dos alunos. É importante destacar que no atendimento à pessoa com deficiência intelectual é necessário que os professores tenham também a confiança dos pais, para que os alunos consigam perceber um ambiente seguro e de atividades prazerosas. Um trabalho realizado em parceria com a família e com apoio do serviço social possibilita maiores chances de sucesso, possibilitando um trabalho mais amplo e de formação integral do aluno.

A Tabela 3 apresenta o percentual de cada atributo pessoal na relação do aluno com seus colegas, comparando os resultados de Julho e Dezembro de 2012.

Tabela 3 – Percentual dos atributos sociais na relação do aluno com o colega.

RELAÇÃO COM COLEGAS	% Desejável		% As vezes		% Não-desejável	
	Jul	Dez	Jul	Dez	Jul	Dez
Conversa com colegas	57,1	70	21,4	10	21,5	20
Compartilha material	28,6	80	50	16,7	21,4	3,3
Ajuda os colegas	21,4	56,7	46,5	16,7	32,1	26,6
Isola-se	39,3	40	53,4	23,3	14,3	36,7
Manifesta agressão	96,4	86,7	0	6,7	3,6	6,6

Observando a Tabela 3, verifica-se melhora marcante na relação dos alunos com seus colegas. De Julho a Dezembro foram desenvolvidas muitas atividades com foco na socialização e interação entre o grupo, permitindo melhora significativa principalmente no sentido de colaborar com o colega, de aceitar um trabalho em grupo onde o foco pode ser o outro. Verifica-se melhora no percentual de resposta positivas de aproximadamente 10%, 50% e 40%, respectivamente, para a conversa entre colegas, compartilhamento de material e ajuda ao colega. No decorrer das atividades foi fácil perceber o envolvimento de um aluno com o outro, manifestando preocupações e interesse além dos momentos de aula. Ao analisar a questão do isolamento, a frequência se manteve elevada com cerca de 40% dos alunos, mas é importante destacar que o tempo que estes alunos se mantinham isolados em cada aula foi reduzindo progressivamente, através de um trabalho de buscar sempre desafios atrativos para os diferentes níveis de compreensão. A questão de agressão se manteve com maior frequência

na ação favorável, mas alguns momentos de agitação e descontrole dos alunos ainda se fazem presentes.

Diferentes trabalhos que investigam a relação em grupo de pessoas com deficiência, destacam que a relação entre pares, é um importante elemento na vida social, promovendo com contexto propício ao desenvolvimento de suas competências e habilidades. Destacam que esta relação entre pares de acontecer em todos os ambientes e espaços da comunidade (Guralnick apud SOUZA & BATISTA, 2008).

#### 4 CONCLUSÕES

Souza e Batista (2008) mencionam uma tendência de anular as influências ambientais e considerar que as dificuldades no desenvolvimento da pessoa com deficiência são vinculadas apenas aos problemas orgânicos específicos da deficiência. Destacam que as maiores dificuldades se devem ao modo de interpretação social dessas limitações, considerando as poucas oportunidades de contato com objetos da cultura e de estabelecimento de relações sociais.

Considerando todo o contexto que a pessoa com deficiência se encontra na sociedade, principalmente nas oportunidades de estabelecer relações e fortalecimento de vínculos, o trabalho apresentado destaca o impacto que um programa de atividade física pode gerar no convívio social desta população.

É possível concluir que um programa de esportes focado no desenvolvimento integral de pessoas com deficiência tem condições de oportunizar melhora nas habilidades sociais de pessoas com deficiência intelectual.

#### 5 REFERÊNCIAS

BATISTA, C.G. Observação dos comportamentos sociais de crianças com deficiência visual. In: SOBRINHO, Francisco de P. N. et alli. Dos problemas aos distúrbios de condutas: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Editora Dunya, 1999.

BATISTA, M. W.: ENUMO, S. R. F. Resultado do Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros - Estudos de Psicologia 2004, 9, 101-111.

BERNARDES, L. C. G. *et al.* Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, , 2009, p. 31-38.

*Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013*

BHERING, E.; SARKIS, A. Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. *Horizontes*, v. 27, n. 2, p. 7-20, jul./dez. 2009

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. *Cadernos da TV Escola. Educação Especial: Deficiência mental. Deficiência física*. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 368p.

\_\_\_\_\_. *Regulamento da política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência*, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em <<http://www.rnsites.com.br/D3298.doc>> Acesso em 5 de junho de 2011.

DECRETO nº 3.298. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>> Acessado em: 05 de junho de 2011.

CARVALHO, A. M. A.; PEDROSA, M. I. Cultura no grupo de brinquedos. *Estudos de Psicologia: Natal*, v.7, p. 181-188.

COLL, C. (org). *Os Conteúdos da Reforma*. Porto Alegre: ARTMED, 2000

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

IBGE. Censo Demográfico 2000: Características gerais da população – Resultados da amostra. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2000.

GÓES, M. C. R.. A construção de conhecimentos: Examinando o papel do outro nos processos de significação. *Temas em Psicologia*, 2, 23-29, 1995.

PINOLA, A. R. R.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais e problemas de comportamento de alunos com deficiência mental, alto e baixo desempenho acadêmico. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, n.2, v. 1, p.239-256, Mai.-Ago.2007.

ROSSETO JR, A.J.COSTA, C.M.; D'ANGELO, F.L. *Práticas Pedagógicas Reflexivas em Esporte Educacional: unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem*. São Paulo: PHORTE, 2008.

SAINT-LAURENT, L. A educação de alunos com necessidades especiais. In M.

T. E. Mantoan (Org.), *A integração de pessoas com deficiência: uma contribuição para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, SENAC, p. 67-76.

ZABALA, A. *A Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ARTMED, 1998

SOUZA, C. M. L. de; BATISTA, C. G. Interação entre Crianças com Necessidades Especiais em Contexto Lúdico: Possibilidades de Desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, n.3, 2008, p. 383-391.